

En Silva, Francisco Carlos Teixeira da., Gomes, Edgar da Silva., Cazetta, Felipe Azevedo., Schurster, Karl. y Carneiro, Márcia., *Dicionário crítico dos fascismos (1922-2024)*. Recife (Brasil): Editora Universidade de Pernambuco – EDUPE.

1. INFÂNCIAS, DITADURAS, DIREITAS (AMÉRICA LATINA); 2. INFÂNCIAS, DIREITAS (EXTREMA) - VERBETES - Dicionario facismos verbetes infancias ditaduras e direitas.

Nunes, Eduardo Silveira Netto.

Cita:

Nunes, Eduardo Silveira Netto (2025). *1. INFÂNCIAS, DITADURAS, DIREITAS (AMÉRICA LATINA); 2. INFÂNCIAS, DIREITAS (EXTREMA) - VERBETES - Dicionario facismos verbetes infancias ditaduras e direitas. En Silva, Francisco Carlos Teixeira da., Gomes, Edgar da Silva., Cazetta, Felipe Azevedo., Schurster, Karl. y Carneiro, Márcia. Dicionário crítico dos fascismos (1922-2024). Recife (Brasil): Editora Universidade de Pernambuco – EDUPE.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/edunettonunes/25/1.pdf>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pOQa/M06/1.pdf>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



DICIONÁRIO CRÍTICO DOS FASCISMOS (1922-2024)

ORGS. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

EDGAR DA SILVA GOMES

FELIPE AZEVEDO CAZETTA

KARL SCHURSTER

MÁRCIA CARNEIRO



 **EDUPE**

DICIONÁRIO CRÍTICO DOS FASCISMOS (1922-2024)

ORGS. FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
EDGAR DA SILVA GOMES
FELIPE AZEVEDO CAZETTA
KARL SCHURSTER
MÁRCIA CARNEIRO



Recife, 2025

D545 Dicionário crítico dos fascismos (1922–2024) [recurso eletrônico] / Organização de Francisco Carlos Teixeira da Silva; Edgar da Silva Gomes; Felipe Azevedo Cazetta; Karl Schurster e Márcia Carneiro. – Recife : EDUPE, 2025.

968 p.

ISBN 978-85-7856-263-2

1. Fascismo - Dicionários. 2. Fascismo - Miscelânea. 3. Autoritarismo I. Silva, Francisco Carlos Teixeira da - 1954-. II. Gomes, Edgar da Silva. III. Cazetta, Felipe Azevedo. IV. Schurster, Karl. V. Carneiro, Márcia. VI. Título.

CDD: Ed. 23 – 320.533

Elaborado por Claudia Henriques CRB4/1600

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

Vice-reitora: Prof. José Roberto de Souza Cavalcanti

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Membros Internos:

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento
Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela
Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos
Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura
Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos
Profa. Dra. Emilia Rahnemay Kohlman Rabbani
Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho
Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros
Carvalho Macedo

Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida
Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos
Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo
Profa. Dra. Rosângela Estevão Alves Falcão
Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo
Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas
Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida
Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos:

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)
Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)
Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)
Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)
Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)
Profa. Dra. Letícia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)
Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)
Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)
Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)
Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Diretor Científico e Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Secretário Executivo: Felipe Ramos da Paixão Pereira Rocha

Assistente Administrativo: Renan Cortez da Costa

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização das autoras e da Edupe.

IGREJA CATÓLICA E NAZISMO NA ALEMANHA	516
Edgar da Silva Gomes	
<i>Núcleo de Estudos de História Social da Cidade – NEHSC da PUC-SP</i>	
IMAGENS VISUAIS. Fascismo e,	521
Wilson de Oliveira Neto	
<i>Universidade da Região de Joinville (Univille)</i>	
IMPERIALISMO E FASCISMO	526
Luiz Felipe Osório	
<i>Professor de Relações Internacionais da UFRRJ</i>	
IMPrensa E A RESSURGÊNCIA FASCISTA	529
José Antônio de Andrade	
<i>Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)</i>	
INTEGRALISMO LUSITANO	533
Felipe Cazetta	
<i>Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)</i>	
INFÂNCIAS, DITADURAS, DIREITAS (AMÉRICA LATINA)	536
Eduardo Silveira Netto Nunes	
<i>Universidade Federal do Acre (UFAC)</i>	
INFÂNCIAS, DIREITAS (EXTREMA)	542
Eduardo Silveira Netto Nunes	
<i>Universidade Federal do Acre (UFAC)</i>	
INTEGRALISTAS NEGROS, E A CORRENTE DE EXTREMA-DIREITA NO BRASIL	548
Ramatis Jacino	
<i>Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros (NEAB Universidade Federal do ABC)</i>	
INTELECTUAIS E A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA/AIB	553
Marcia Regina da Silva Ramos Carneiro	
<i>Universidade Federal Fluminense (UFF)</i>	
Tatiana da Silva Bulhões	
<i>Universidade Estácio de Sá e Colégio Municipal João Kopke</i>	
ENGENHARIA SOCIAL E AÇÕES AFIRMATIVAS NOS ESTADOS UNIDOS	561
Flávio Limoncic	
<i>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio)</i>	
ISRAEL IMAGINÁRIO	565
Michel Gherman	
<i>Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)</i>	
Gabriel Melo Mizrahi	
<i>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)</i>	

INFÂNCIAS, DITADURAS, DIREITAS [AMÉRICA LATINA]

Desde meados da década de 1960, proliferaram na América Latina, fruto da Guerra Fria, da atualização da Doutrina Monroe pela qual o continente americano seria submetido aos interesses imperialistas dos Estados Unidos da América do Norte, e das oligarquias, das classes abastadas e dos conservadores dos diversos países da região, inúmeros regimes autoritários, ditatoriais e outros nominalmente democráticos mas com feições autoritárias, de direita e de extrema direita, que foram impedindo ou dificultado a atuação da esquerda na esfera política, reprimindo-a de diferentes modos.

Brasil, Argentina, Chile, Peru, Paraguai, El Salvador, Colômbia, Uruguai, Guatemala, entre outros países, empreenderam toda série de violações de direitos contra crianças e adolescentes através de suas ditaduras ou regimes autoritários, seja sob a aparência de democracia ou não.

Esses regimes de direita ou de extrema direita, e seus agentes, impuseram à milhares e milhões de crianças inumeráveis ações arbitrárias, violentas, abusivas, assassinas, genocidas, racistas, convertendo as infâncias em experiências dolorosas, atravessadas por sofrimentos, traumas e perdas.

O encontro com fragmentos dessas vivências infantis, apesar de terem envolvido um infindável universo de crianças e adolescentes, nem sempre é fácil pois o silenciamento e o ocultamento é uma constante nos estudos historiográficos e nos trabalhos sobre a memória do período. Em parte, os movimentos encabeçados pelas Comissões Nacionais

da Verdade, que se seguiram ao fim dos regimes autoritários que atravessaram o continente, permitiram acessar algumas das dimensões das arbitrariedades perpetradas contra crianças.

O extermínio de crianças e adolescentes é outra expressão das ideologias autoritárias que desumanizam “outros” segundo critérios políticos, étnico-raciais, classe. Em países como o Brasil o extermínio ficou evidenciado ao final da Ditadura Militar, entre a década de 1980 e 1990, com a eclosão de esquadrões da morte produzindo o assassinato de meninos e meninas em situação de rua, ensejando a realização, em 1992, da “Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar o Extermínio de Crianças e Adolescentes no Brasil”. De outra parte, a busca por exterminar crianças filhas de opositores políticos ou de grupos étnicos opositores, foi marcante em El Salvador durante o conflito armado que convulsionou o país entre 1980 e 1991. A “Comisión de la Verdad para El Salvador” (CNV-EL) documentou os restos humanos de 136 crianças, com idade média de 6 anos, as quais foram assassinadas no conhecido massacre de Mozote, comunidade camponesa-indígena, realizado pelo exército salvadorenho em 1981. Na Guatemala, a “Comisión para el Esclarecimiento Histórico” (CNV-GT), que apurou as graves violações de Direitos Humanos levadas a termo pelo governo autoritário, entre 1962 e 1996, identificou, dentre os 23.671 casos de execução arbitrária mapeados (estima-se que o total sejam 200 mil mortos ou desaparecidos), um a cada cinco, ou 4.734 mortes, envolveram crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos).

A prisão e ou submissão à sessões de torturas (físicas, psicológicas) foram outros mecanismos empreendidos contra crianças e adolescentes identificadas como inimigas dos regimes autoritários. Choques elétricos; afogamento; socos e chutes; violação à integridade sexual; privação de alimento e sono; assistir a sessões de torturas ou ao assassinato de seus pais ou parentes. Milhares de crianças foram submetidas a essas e a outras atrocidades semelhantes. Por exemplo, no Chile, a “Comisión Presidencial Asesora para la Calificación de Detenidos

Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura” (CNV-CL1), que se debruçou sobre os crimes da ditadura chilena entre 1973 e 1990, apurou 956 casos nos quais crianças e adolescentes sofreram com prisões políticas e tortura, de um total de 9795. Na Guatemala, a CNV-GT estima que dentre as 11.598 vítimas de tortura, 14% ou 1.623 foram crianças. Em El Salvador, sob o governo “demo-autocrático” de Nayib Bukele, a Human Rights Watch, no seu estudo ““We Can Arrest Anyone We Want” (2022), estima que dentre 56.000 presas, 1.600 seriam crianças. No Paraguai de Stroessner, foram registrados, dos testemunhos acessados pela CNV-PY envolvendo crianças, 528 casos relataram ter sofrido detenção e/ou tortura.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes sob ideologias autoritárias, conservadoras e patriarcalistas como aquelas que legitimaram diversos regimes políticos na América Latina, ficaram evidenciados, em especial, pela Comisión de Verdad y Justicia (CNV-PY) que fez a apuração das violações de direitos humanos perpetradas pelo Paraguai desde 1954-2003, principalmente durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). A CNV-PY levantou testemunhos de 566 crianças e adolescentes vítimas do regime. Destas ao redor de 15% passaram por alguma violência sexual que podia: ser estupro; presenciar a violência sexual perpetrada contra outras pessoas; toques em partes íntimas; ficar nua frente a agentes da repressão; escravidão sexual. A escravidão sexual, em especial, guardava especial perversidade, pois as meninas eram confinadas em locais destinados à visita periódica de militares de alto e baixo escalão, que então praticavam criminosos abusos e violências.

O sequestro e o tráfico internacional de crianças, fossem esses ou não filhos e filhas de militantes políticos aos regimes autoritários na América Latina implicaram experiências dolorosas, impedimento de construção de laços com as famílias originárias, memórias conflituosas, além de alimentar um “mercado de crianças”, nacional e internacional. Na Guatemala, enquanto a CNV-GT afirmava ter ocorrido, frequentemente, sem a apresentação de números, a adoção nacional e

internacional (lícitas ou ilícitas), submissão de crianças à ‘trabalho doméstico’ forçoso, entrega de crianças subtraídas de suas famílias originárias à outras famílias, o movimento “Hijos por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio” (H.I.J.O.S-GT) guatemalteco, fala em cerca de 35 mil crianças afastadas de suas famílias durante os anos autoritários. Na Argentina, a “Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CNV-AR)” que investigou os crimes da ditadura no país, entre 1976 e 1983, indicou que foram 500 as crianças sequestradas ou retiradas forçosamente de seus pais/parentes (atuantes na resistência ao autoritarismo), sem que o seu destino fosse do conhecimento de parentes. Em El Salvador, a “Asociación Pró-Búsqueda de Niñas y Niños Desaparecidos”, registrou 450 casos de famílias que foram atrás de suas crianças desaparecidas. No Chile uma Comissão do Congresso Nacional investigou, em 2018/2019, casos de adoção internacional de crianças chilenas durante o regime pinochetista e estimou em 20.000 a quantidade de crianças submetidas ao tráfico de pessoas.

As políticas de remoção ou deslocamento forçado de pessoas sem que essas, tivessem necessariamente vínculo estrito com a resistência política, agregado às medidas por impor ou levar ao exílio familiares de militantes das resistências aos regimes autoritários na América Latina, acabaram impactando de modo significativo o destino de milhares de crianças e adolescentes. Na Colômbia, a “Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición” (CNV-CO), dedicada a investigar as graves violações de Direitos Humanos desde a década de 1960, mas enfocada no período de 1985 a 2019, reportou 7.752.964 vítimas “desplazamiento forzado”, dentro das quais 3.049.527 eram crianças ou adolescentes. Na Guatemala, a CNV-GT indicou que, entre 1962 e 1996, cerca de um milhão de guatemaltecos foram forçados a deixarem seus locais residência, ao redor de 20% eram crianças, algo como 200 mil. Em países como o cujas Comissões da Verdade se voltaram para os casos envolvendo crianças filhas de militantes vinculados às resistências às regimes autoritários, os números nem sempre foram totalizados se circunscrevendo ao relato de casos em

específico como na Comissão Nacional da Verdade, brasileira (CNV-BR), o que não implica na ausência dessas violações.

A criminalização em massa de crianças e adolescentes com a retirada forçada dessas pessoas da convivência com seus familiares e a colocação compulsória em instituições de internação a exemplo de “Fundações do Bem Estar do Menor” (FEBEM), por intermediação de “Juízes de Menores”, de “Serviços de Proteção de Menores”, foi uma das mais contundentes medidas de intervenção sobre os destinos de crianças e adolescentes no período, criando-se uma verdadeira Polícia para Crianças Pobres e suas Famílias. Se bem é verdade essas ações nem sempre estiveram associadas à repressão aos militantes e organizações da luta política e, por isso, foram negligenciadas pela maioria das Comissões da Verdade, em se tratando de crianças das classes populares, essas intervenções foram das mais abrangentes territorialmente e numericamente pois eram destinadas ao controle e disciplinamento das crianças e dos adolescentes pobres. Estar submetida às ações das FEBEM’s, implantadas sob governos autoritários era estar sujeito a todo tipo de violações: abusos sexuais; torturas violências físicas e psicológicas; destruição dos laços com a família originária; privação de liberdade e de convivência comunitária; trabalho compulsório; deslocamento para regiões distantes do seu território de origem; pedofilia; assassinato; vivência em condições indignas, entre outras atrocidades. No Brasil, por exemplo, logo no final da ditadura, em 1985, a “Fundação Nacional do Bem Estar do Menor” (FUNABEM) informava que havia 7 milhões de crianças e adolescentes carecendo da intervenção estatal, dos quais 427 mil já estavam internados. Estima-se que no Chile, a ingerência sobre crianças realizada pelo “Servicio Nacional de Menores” (SENAME) tenha saltado de 9.300 casos, em 1973, para 42.000 casos, em 1982 e cerca de 48 mil, em 1990.

A reafirmação do sistema capitalista pós segunda-guerra mundial, na América Latina, cobrou um alto preço para milhões de crianças e adolescentes que sofreram direta e indiretamente as consequências de diversas ações associadas ao controle das classes populares e dos

movimentos contra hegemônicos que lutavam e tentavam construir uma sociedade mais justa, digna e democrática, ao contrário dos regimes autoritários implantados em diversos países da região, como mostrado.

Eduardo Silveira Netto Nunes

Universidade Federal do Acre (UFAC)

Referências

AREND, Silvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENKI, Susana. (Org.). *Infâncias e Juventudes no Século XX: histórias latino-americanas*. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2018.

GREMELS, Andrea; SUSANA Sosenski. (Org.). *Violencia e infancias en el cine latinoamericano*. Berlim: Peter Lang, 2019.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. O Brasil nação e as crianças nas celebrações de 1822, 1922, 2022. In: ANDRADE, Everaldo de Oliveira. (Org.). *Brasil : 200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador*. 1ed. São Paulo, SP: Hucitec; Fundação Perseu Abramo, 2023, v. , p. 141-163.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, Pablo; MANNARELLI, Maria Emma (coord.). *História de la infancia en América Latina*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2007.

ROJAS FLORES, Jorge. *História de la infancia en el Chile republicano, 1810-2010*. Santiago de Chile: Junta Nacional de Jardines Infantiles, JUNJI, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*. São Paulo: Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São, 2014.

INFÂNCIAS, DIREITAS [EXTREMA]

Em um certo 2024, milhares de crianças palestinas eram assassinadas pelas forças militares do Estado de Israel, fruto de ações expansionistas e colonialistas, capitaneadas pelo governo de então, aderente ao sionismo, ideologia de extrema direita, racista. Cada criança morta era apresentada como “efeito colateral” do conflito pelos defensores do genocídio contra o povo palestino, mas expressava mais um dos intermináveis casos nos quais a direita e a extrema direita perpetraram os crimes mais abomináveis contra crianças!

As crianças e as infâncias foram destinatárias de inumeráveis ações arbitrárias, violentas, abusivas, assassinas, genocidas, racistas, entre outras, perpetradas pelas direitas e extremas direitas mundo afora no amplo processo de construção do capitalismo como sistema hegemônico global.

Desde a emergência do sistema capitalista a sorte das crianças não foi a mesma. Em sendo camponesa, indígena, proletária, de países colonizados, as privações, explorações e violências, se manifestaram com diferentes matizes e intensidades em períodos e territórios diversos.

O início da invenção do capitalismo, com as grandes navegações e explorações europeias em todos os quadrantes do planeta terra afetaram, desde o século XIV, com diferente intensidade, populações as mais diversas e suas crianças. No continente americano, nas terras de Abya Yala, os milhares de povos e as inúmeras civilizações que aqui faziam suas histórias viram aportar, em sucessiva e insaciáveis levas, europeus sedentos por riqueza, poder e, outros tantos, ambiciosos por “levar” a “civilização” aos supostos bárbaros ou povos pagãos. Crianças acompanharam suas comunidades e seus pais perecerem por doenças,

serem brutalizados, assassinados, escravizados, violentados, passarem fome, perderem seus territórios, sendo que também elas, crianças, passaram por todas essas ignóbeis violações e participaram, como vítimas, do genocídio que dizimou os indígenas das Américas reduzindo-os de cerca de 30 milhões para 5 milhões, em números estimados.

As crianças indígenas que foram sobrevivendo ao genocídio e àquelas que foram nascendo depois dos morticínios mais sistemáticos, foram tendo destinos diversos, mas todas pressionadas para se submeterem às engrenagens das sociedades coloniais. A criação de colégios, missões ou aldeamentos, por religiosos, de norte a sul do continente buscava, através da evangelização das crianças impor a perda de suas culturas e estruturas de vida originárias de modo a efetuar a “domesticação” e a “docilização” das mesmas a serviço da exploração colonial deixando-as “órfãs”, sequestrando suas almas e seus corpos para servir ao colonizador!

A implantação do modo de produção capitalista-industrial fez com que o mundo do trabalho e os arranjos sociais fossem modificados profundamente. A força motriz do sistema, o trabalho e os trabalhadores e as trabalhadoras foram suportando as expressões exploratórias do capital onde quer que ele se fizesse sentir. Sobre as crianças pobres, urbanas ou camponesas, foi particularmente pesado o “mundo novo” do capital.

Nas sociedades industriais crianças foram sendo utilizadas e exploradas intensamente nas fábricas e nos serviços urbanos. Na Inglaterra, em meados do século XIX, crianças expulsas do campo para dar lugar aos senhores do campo, se amontoavam nas cidades industriais onde eram submetidas a extenuantes horas de trabalho, em locais insalubres e com altíssima incidência de acidentes, redundando na morte de milhares delas.

Estima-se que nas fábricas de tecido o trabalho infantojuvenil representava cerca de 45% da força de trabalho; nas minas esse percentual poderia chegar a 50%. No mesmo período, nos países periféricos ao sistema, crianças foram intensivamente exploradas em todas as

atividades econômicas: campo, mineração, extrativismo, guerra (soldados), serviços domésticos, urbanos e industriais. Crianças eram escravizadas (ver verbete “Infância, Escravização, América”) compondo cerca de 20 e 23% dentre as mais de 12 milhões de pessoas que foram submetidas à escravidão e ao deslocamento forçado da África para o continente americano para alimentar a produção e circulação de riqueza que financiaria a formação capitalismo como um sistema econômico mundial.

A invenção dos Estados Nacionais na periferia do sistema capitalista colocando-os como provedores de alimentos e matérias-primas para os países centrais implicou na constante pressão sobre territórios de povos tradicionais para convertê-los em campos para pastagem, agricultura ou extração de minerais. Isso redundou em que diversas intervenções fossem perpetradas contra diferentes povos indígenas implicando na remoção dos mesmos, quando não na morte ou no sequestro e escravização, como a Campanha do Deserto, entre 1878 e 1885, na Argentina; as guerras contra indígenas, incluindo crianças, deslocamento violento e submissão ao trabalho forçado no governo de Porfirio Díaz, entre 1877 e 1911, no México; no território do Paraguai, a guerra da Tríplice Aliança, entre 1865-1870, envolvendo esse país e a aliança entre a Argentina, o Uruguai e o Brasil, implicou diretamente crianças paraguaias nos combates como soldados, ajudantes e colaboradores, como vítimas diretas do morticínio (em um dos sanguinários enfrentamentos, cerca de 3000 crianças pegaram em armas e parte delas estavam entre os 2000 soldados paraguaios mortos na “Batalha de Acosta Ñu”, ocorrido em 16 de agosto de 1869, data na qual é atualmente celebrado Dia da Criança no país) e como vítimas indiretas do genocídio que resultou na morte de cerca de 60% da sua população, sendo parte significativa indígenas. Territórios que, “liberados” dos povos indígenas, foram franqueados para latifundiários, oligarcas rurais e extrativismo predatório extraírem das terras riquezas para abastecerem os circuitos do capital.

As crianças indígenas foram especialmente afetadas pelos projetos de expansão dos países imperialistas, no Canadá, inicialmente submetido ao império Britânico e depois de 1867 até 1982 tendo conquistando autonomia nacional paulatina, os pequenos humanos eram retirados de seus territórios e internados compulsoriamente em escolas-internato (Indian Residential Schools), governadas majoritariamente por instituições cristãs, que objetivavam apagar qualquer resquício de suas culturas originárias, estima-se que, entre 1867 e 1998, cerca de 150.000 crianças foram sequestradas e enviadas a esses locais, bem como, pelo menos 6.000 acabaram morrendo nos mesmos, cabendo à escolarização materializar o projeto colonizador. Em 2015, o Canadá, através da Comissão Nacional da Verdade e da Reconciliação (Truth and Reconciliation Commission of Canada), reconheceu e pediu desculpas aos povos e às pessoas vitimadas pelas violências perpetradas.

A expansão do capitalismo e a conformação do fascismo foi deixando crianças vítimas mundo afora como exiladas, órfãs, mutilações, exploradas no mundo do trabalho, passando privações alimentares, de moradia, de convivência familiar, de acesso à educação e saúde. A emergência dos fascismos na Europa marcou de modo indelével o destino das crianças. Um primeiro prenúncio da criminosa tragédia que foi a Segunda Guerra Mundial esteve expressa pela Guerra Civil espanhola. No conflito entre os fascistas espanhóis e os republicanos/antifascistas, entre 1936 e 1939, resultaram ao redor de 138.000 crianças mortas e outras 35 mil acabaram sendo exiladas, para sobreviver, em diferentes países como França, Bélgica, União Soviética, Reino Unido e México, nesse país acabaram sendo conhecidos como os “niños de Morélia” (crianças de Morélia, nome da capital do Estado de Michoacán).

O ideário de extrema-direita racista, xenófobo e genocida traduzido pelo nazismo na Alemanha e durante a Segunda Guerra Mundial [para as violências da extrema-direita contra as crianças na América Latina ver o verbete “Infâncias, Ditaduras, Direitas (América Latina)”], participou decisivamente para a morte, durante o conflito de, aproximadamente, 13 milhões de crianças, sendo que destas, fruto diretamente do

holocausto estima-se que 1,5 milhões de crianças judias tenham sido assassinadas, de um universo de aproximadamente 1,6 milhões de crianças judias que viviam na Europa (não incluindo as crianças russas). Ações genocidas também foram perpetradas por extremistas do grupo étnico hutu, em Ruanda, em 1994, na qual assassinaram cerca de 250.000 crianças da etnia tutsis entre as cerca de 1 milhão de mortos.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, indicou que entre 1990 e 2000, os conflitos armados resultaram em mais de 2 milhões de crianças foram assassinadas e mais de 6 milhões sofreram lesões ou amputações que as deixaram com deficiências de todas as ordens. A extrema-direita tem recorrentemente identificado nas crianças de seus inimigos, um dos alvos principais para buscar eliminá-los política e, muitas das vezes, etnicamente, como no caso das crianças palestinas vítimas das investidas do Estado de Israel, especialmente, em 2023 e 2024. Em dezembro de 2023, a República da África do Sul e, mais tarde, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), através de um relatório de abril de 2024, denunciavam que as ações do Estado de Israel contra a faixa de Gaza já havia resultado em 17.000 crianças mortas, milhares de crianças com lesões corporais de com diferentes intensidades, incluindo mutilações, amputações e 19 mil crianças órfãs, sem contar na interminável sequência de ações e omissões, deliberadamente adotadas para “destruir a vida palestina em Gaza”, bem como para tornar inviável a vida palestina na região, implicando, inclusive, na “imposição de medidas para impedir os nascimentos palestinos” como a destruição de hospitais e rede de atendimento médico, desabastecimento de insumos necessários para o parto e o pós-parto, irregularidade crônica no abastecimento de água, entre outras medidas. Graves violações perpetradas pelo Estado de Israel que, segundo da África do Sul e a ACNUDH, somadas a outras configurariam crimes de genocídio contra o povo palestino em Gaza e que o foram denunciados perante a Corte Internacional de Justiça.

Eduardo Silveira Netto Nunes

Universidade Federal do Acre (UFAC)

Referências

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. As últimas testemunhas: Crianças na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letas, 2018.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. As últimas testemunhas: Crianças na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letas, 2018.

Dirección General de Ciudadanía Española en el Exterior del Ministerio de Trabajo e Inmigración. Los niños que nunca volvieron. Madrid: Dirección General de Ciudadanía Española en el Exterior, 2022. Disponível em: <https://losninosquenuncavolvieron.es/>

PONS PRADES, Eduardo. Los niños republicanos en la guerra de España. Madrid: Madrid Oberón D.L., 2004.

STEARNS, Peter N. A infância. Contexto: São Paulo, 2008.

Human Rights Council. Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967, Francesca Albanese, A/HRC/55/73 (25/03/2024). Geneva: Human Rights Council, 2024. Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session55/advance-versions/a-hrc-55-73-auv.pdf>

Truth and Reconciliation Commission of Canada. Honouring the truth, reconciling for the future: summary of the final report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada. [S.l.]: Truth and Reconciliation Commission of Canada, 2015. Disponível em: https://ehprnh2mwo3.exactdn.com/wp-content/uploads/2021/01/Executive_Summary_English_Web.pdf